NÃO AO PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS

Outra tentativa de ataque ao povo mineiro é a proposta de venda das nossas riquezas com o projeto de privatização das estatais como Codemig, Cemig e Copasa.

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) foi a primeira estatal mineira a ser encaminhada à Assembleia para a privatização.

Antes da tentativa nefasta de venda da estatal, Zema quer realizar uma operação para antecipar o valor do lucro obtido com a exploração do nióbio, riqueza do estado.

Com essa operação, o governo deseja receber cerca de R$ 6 bilhões, que segundo Zema seriam para o pagamento do 13º dos servidores.

CHANTAGEM, para que o povo mineiro acredite que essa proposta será lucrativa para Minas Gerais. Em seguida, Zema quer privatizar a Cemig e a Copasa, que juntas, valem bilhões. No caso da Cemig, em doze meses ela apresentou um LUCRO ACUMULADO de R$ 2,1 bilhões.

Não podemos aceitar essa nem outra privatização, que nada mais é do que a venda das nossas estatais ao capital estrangeiro. O exemplo da Vale, em Brumadinho e Mariana, mostra como uma empresa privatizada perde seu caráter de interesse público, e passa a atender aos interesses dos acionistas.

Por isso, além de sermos contra o Regime de Recuperação Fiscal proposto por Zema, lutamos pela Reestatização da Vale para que ela volte a ter seu caráter público.

NÃO AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL PROPOSTO POR ZEMA

Rua Rodrigues Caldas, 79 Edifício Tiradentes - 22º andar - sala 2
Santo Agostinho Belo Horizonte - MG CEP 30190120
Telefone: (31) 2108-5050 - Email: dep.betao@almg.gov.br
Tiragem: 10.000
www.nalutacombetao.com.br

PT Betão
Deputado Estadual

NÃO AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL PROPOSTO POR ZEMA

PT Betão
Deputado Estadual

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL:
um projeto de destruição da União, estados e municípios

O projeto econômico dos governos federal e estadual pode fragilizar ainda mais os estados e municípios e agravar o cenário da retirada de direitos dos trabalhadores no Brasil.
Além da aprovação da reforma da Previdência, ataque direto à classe trabalhadora, o governo Bolsonaro apresentou também uma proposta de ajuste fiscal para a União, estados e municípios.

O "pacotão de maldade" vem com a promessa de recuperar a saúde financeira dos estados mas, se colocada em prática, a medida será a verdadeira destruição da economia do Brasil.

São TRÊS Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) mais a PEC Paralela da Previdência.

Se aprovadas, elas permitirão que a União passe a fazer cortes orçamentários aos estados e municípios sem consulta ou autorização das Assembleias Legislativas.

ENTENDA COMO O GOVERNO FEDERAL QUER DESTRUIR O PAÍS:

A PEC Paralela da Previdência: quer alterar as regras estaduais e municipais da Previdência sacrificando ainda mais os trabalhadores com a retirada de direitos;

A PEC Emergencial: permitirá implantar um regime fiscal que pode suspender ou desobrigar a despesa de qualquer verba pública. A medida prevê ainda o corte de 25% nos salários e a redução proporcional da carga de trabalho dos servidores de todas as esferas precarizando a saúde e a educação;

A PEC do Pacto Federativo: centraliza as decisões orçamentárias na União, por meio do Conselho Fiscal que pode interferir em estados e municípios;

PEC que extingue os Fundos Constitucionais: repassa cerca de R$220 bilhões para o caixa da União.

Você sabia?

Você sabia que o Rio de Janeiro foi o ÚNICO estado que aderiu ao RRF e que a proposta foi tão ruim para o Estado que ele não conseguiu honrar com o pagamento da dívida e que ainda corre o risco de ser EXPULSO do Regime?

PT Betão
Deputado Estadual

POR QUE MINAS GERAIS NÃO DEVE ADERIR AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL?

São vários os motivos e um deles é que o Regime, baseado na política criada pelo golpista Michel Temer (2017), chantageia os estados, FORÇA os governos a precarizarem os serviços, a privatizarem as suas estatais e retira direitos constitucionais dos trabalhadores.

"LEI DA CHANTAGEM"

Aprovado pela Lei Complementar 159/2017, o regime pode ser usado em caso de "grave desequilíbrio financeiro" e com o objetivo de ajustar suas contas e a reestruturação de suas finanças.

No caso de Minas Gerais, Zema alegou no começo do ano que a dívida anual do estado era de 30 BILHÕES, mas já voltou atrás e reconheceu que está em torno de 15 bilhões.

O que Zema quer é vender as nossas estatais a preço de banana, dando um cheque em branco para o governo federal roubar nossa autonomia de gestão financeira.

PERDA DA AUTONOMIA FINANCEIRA DO GOVERNO (CHEQUE EM BRANCO PARA O GOVERNO FEDERAL)

VETO À REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

FIM DO REAJUSTE SALARIAL

ALTERAÇÃO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES ESTADUAIS

ADESÃO AO PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS
Minas abrirá mão de receber o valor das ações contra a União

DIGA NÃO
AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL PROPOSTO POR ZEMA

PT Betão
Deputado Estadual